

OS CAMINHOS DE ABRIL Anacronias e (pós)colonialismo no romance *Vinte e zinco*, de Mia Couto

MARIA APARECIDA FONTES
UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PADOVA

Abstract – This article aims to reflect on the coexistence of several temporalities in post-colonial Portuguese-language expression narratives, based on the analytical study of Mia Couto's novel *Vinte Zinco* (1999). I intend to examine how the author interpreted the historical dynamics triggered by the Colonial Wars and the ‘Revolução dos Cravos’ and their effects on Portuguese colonies, specifically Mozambique. The narrative, whose structure based on the assemblage of discrete, heterogeneous and irregular temporalities, reveals diverse experiences and interpretations concerning official facts and demonstrate how the metropolis and (former) colony merge into a network of re-invented stories, linking the Atlantic to the Indian Ocean, in a hybrid set where fragments from different cultures interacted with each other and formed the historical and political “anachronisms” (Georges Didi-Huberman) that led to the assertion of nations involved in (post)colonial processes.

Keywords: anachronisms; heterogeneous temporalities; (post)colonialism; narratology; Mia Couto.

*Occorre comprendere che in ogni oggetto storico
tutti i tempi si incontrano, entrano in collisione
oppure si fondono plasticamente, si biforcano
o si combinano gli uni con gli altri.
(G. Didi-Huberman, *Storia dell'arte
e Anacronismo delle immagini*,
trad. it. Stefano Chiodi, 2007, p. 45).*

1. Introdução

Nos últimos trinta anos as narrativas pós-coloniais assumiram um dos papéis centrais no contexto literário lusófono, sobretudo no que diz respeito aos testemunhos históricos e às guerras coloniais. Certamente, o ano da chamada Revolução de Abril foi um marco na história da literatura portuguesa, assinalando as mudanças nas condições da produção literária e nos estudos historiográficos, efeito sobretudo da anulação dos mecanismos censórios e das restrições da liberdade de expressão e do pensamento. A abertura política

trouxe consigo consequências diversas, i.e., a liberdade de expressão e a descolonização que, nas palavras de Carlos Reis, “permitiram rever ficcionalmente os dramas individuais e coletivos da guerra colonial; paralelamente foi tomando corpo uma cada vez mais evidente consciência pós-colonial, do mesmo modo, o redesenho das fronteiras nacionais estimulou uma reflexão identitária” (Reis 2005, p. 287). Estudiosos acreditam que, embora os livros sobre a história recente em África tivessem contribuído com explicações importantes ou simples informações para a liquidação de um regime antidemocrático, não efetuaram uma leitura que tenha refletido a sociedade. A fonte ideal da história, específica ou eucrônica não teria sido, nesse caso, capaz de dizer algo a mais sobre o objeto em questão, como se a memória histórica não estivesse em consonância com os eventos históricos. Até porque, como se costumou dizer, “a lamentável peripécia que foi a guerra colonial, o seu desenlace ao mesmo tempo catastrófico e redentor (de um ponto de vista metropolitano), não fez, nunca fará, parte do discurso contemporâneo dos portugueses sobre si mesmos” (Ribeiro 1999, p. 221). De fato, a perda do império colonial vista com parcial ‘desinteresse’ evidencia, no imaginário português e na expressão literária, sinais de uma profunda “ressaca imperial” (Lourenço 1983, pp. 15-22).

Todavia, se ainda existe uma indiferença no modo como os portugueses relacionam-se em nível político e ideológico com a (des)colonização, isto não se apresenta na polifonia literária que, a partir de 1974, produziu uma profunda transformação nas condições em que se processava a produção ficcional, contribuindo sensivelmente para revisão do mito Ultramarino português em âmbito historiográfico. Talvez porque a história colonial e/ou pós-colonial não pudesse ser lida tão-somente através dos métodos tradicionais ou *standard* que mantêm o princípio de concordância eucrônica das épocas, mas como sugere Didi-Huberman (2007), a partir de um modelo de tempo que aceita, enquanto princípio de inteligibilidade do objeto histórico, a montagem de tempos diferentes imanentes à memória. Um modo temporal de expressar a exuberância, a complexidade, a ‘sobredeterminação’ das imagens (e da história), necessário e fecundo “quando o passado se revela insuficiente” (Didi-Huberman 2007, p. 22). A ficção literária, portanto, como *elemento di onnitemporalità*, teve um papel decisivo na construção individual e coletiva da memória que reveste a literatura pós-colonial, legitimando a abertura da história às complexidades de seus modelos temporais. Segundo os estudos de Margarida Calafate Ribeiro, *Uma história de regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo* (2004), as narrativas de guerra e as de regresso “são elementos de reflexão sobre o modo europeu/português de estar em África” e são indispensáveis para entender o modo de estar hoje em Portugal (2004, p. 256), por isso a importância das análises das obras literárias sobre esses temas publicados após o 25 de Abril. A própria história desse período

(ainda em estudo) é uma sucessão caótica e heterogênea de instâncias aleatórias.

Serge Zenkine (2018), inspirado na escola formalista russa, mostra que a heterocronia da história é perceptível na literatura através de figuras de anacronismo que, segundo ele, se compõem de três formas: a primeira trata do discurso de *assimilação hermenêutica*,¹ cujo princípio procede por assimilações estabelecidas entre os fatos do passado e do presente, buscando semelhanças instrutivas, um tipo de anacronismo metafórico. O passado é lido, pelo menos em certos segmentos, como uma “alegoria transparente do presente” (Zenkine 2018, p. 46). A segunda forma é a do *discurso de coordenação narrativa*, também chamada de anacronismo metonímico, que, ao referir-se aos fatos do passado, não alude àqueles do presente, como no anacronismo metafórico, mas a outros eventos também do passado, criando uma relação de contiguidade causal; por exemplo, a introdução de uma profecia que prevê o acontecimento de um fato cuja consequência já seria de nosso conhecimento. O terceiro tipo de anacronismo, descrito por Zenkine, e que nos interessa particularmente, refere-se ao *discurso de separação enunciativa*, no qual a metalepse² desempenha um papel fundamental.

A separação enunciativa relaciona-se às diferenças, muitas vezes negligenciadas, entre Memória e História como ciência. As duas formas de conhecimento sobrepõem-se apenas parcialmente segundo extensão e natureza dos fatos que expõem e sustentam. Entretanto, através dessa espécie de anacronismo literário, o discurso narrativo faz questão de enfatizar as fronteiras enunciativas enquanto tenta transgredi-las e, nesse caso, o mundo ficcional termina por ser investido de ideias e perspectivas intelectuais de outros tempos. Um sujeito da escritura é introduzido clandestinamente, às vezes sob a máscara

¹ Serge Zenkine observa que, para a ciência histórica moderna, essas semelhanças são anacronismos, porque nenhum fato pode ser repetido na história, exceto talvez de modo deformado e degradado (“a primeira vez como uma tragédia e a segunda como uma farsa”, de acordo com as famosas palavras de Karl Marx).

² Em seu estudo de 1972, *Figuras III*, Seuil, Paris, após definir a metalepse como uma figura retórica, que no plano da narratologia se tornou uma das formas mais sofisticadas de *mise-en-abyme*, Gérard Genette aprofundou as suas reflexões sobre o assunto depois do Congresso Internacional de 2002 “La métalepse aujourd’hui”, em Paris, o que deu origem ao livro *Métalepse. De la figure à la fiction*, Seuil, Paris, 2004, e a um trabalho coletivo organizado por John Pier e Jean-Marie Schaeffer 2005, *Metalepses. Entorses au pacte de la représentation*, École des hautes études en sciences sociales, Paris. Genette demonstrou que a metalepse é um deslocamento que mobiliza as consequências no lugar dos fatos. Isto é, ela enfatiza a especificidade da relação causal que une o autor à sua obra, o criador de uma representação à representação em si (Genette 2004). Esta propriedade metatextual confirma a presença de um autor implícito que, estando ao mesmo tempo fora da narrativa e da história, posiciona-se em relação estas. Trata-se da “intrusion du narrateur ou du narrataire extradiégétique dans l’univers diégétique, ou de personnages diégétiques dans un univers métadiégétique” (Genette 1972, p. 244), que Genette em seus primeiros estudos já havia explicado. Esta transição efetuada pela metalepse refere-se também à passagem do mundo da narração para o mundo dos eventos reais narrados e vice-versa, através de um ‘pacto de representação’ (Pier, Schaeffer 2005, p. 11).

de um dos personagens no tempo em que se escreve. Certos personagens, por exemplo, assumem uma responsabilidade específica, i.e., a de proclamar ideias que vão além de seu próprio horizonte histórico-cultural. Instaure-se a partir daí um diálogo entre o mundo ficcional, o mundo não-ficcional, aquele da história narrada e o do narrador (Zenkine 2018, p. 49).

Nas narrativas pós-coloniais, os embates e/ou a interlocução entre momentos históricos diferentes – o diálogo entre o mundo ficcional e o não-ficcional, entre instâncias políticas, sociais, éticas e também jurídicas – levam-nos a um emaranhado temporal e discursivo no qual metrópole e colônia, interior e exterior, arcaico e moderno se enfrentam, se sobre(põem) e se influenciam mutuamente. Nesse mundo ‘muito misturado’ da narratologia moderna, a travessia das fronteiras do ficcional é conhecida como metalepse, que corresponde, no dizer de Zenkine, a um “anacronismo metaléptico” (2018, p. 49), o que permite uma melhor compreensão das funções gerais dos anacronismos literários. Estes desconstroem o discurso dos historiadores, revelando-lhes a heterocronia e as suas condições subjacentes, tais como as antecipações narrativas e a separação enunciativa entre sujeito e objeto. E, ao relativizarem a oposição entre história e memória, as anacronias reforçam a ideia de que a matéria da história é feita de uma “*mémoire accumulée et compressée d’innombrables gens qui ont vécu*” (Zenkine 2018, p. 51).

É nesse sentido que, como sustenta Finazzi-Agrò (2016, p. 146), “a lógica fica suspensa numa acronia e numa atopia que têm a ver apenas com a lógica irracional (atemporal e ilocável, justamente) da narrativa”. A historiografia dos países pós-coloniais vive e se alimenta, segundo o autor, dessa defasagem entre tempo arquivado e tempo recontado, revelando uma situação ‘inatural’ segundo a qual o que é relevante “não é a ordenação e a concatenação cronológica dos fatos e sim a com-presença dos tempos, ligada, mais uma vez, à instância atemporal e substantiva de um sujeito ausente” (Finazzi-Agrò, 2016, p. 146). Quando Pier e Schaeffer afirmam que “*toute contamination d’un niveau [diégétique] par l’autre semblerait aller à l’encontre de la nature même de la représentation, et plus spécifiquement du récit*” (Pier, Schaeffer 2005, p. 11), eles nos indicam o caminho para entender o significado do conceito *pacte représentationnel*, sem o qual seria impossível compreender as figuras do anacronismo que cumprem uma função metadiscursiva, mas também uma função estética, servindo, ao mesmo tempo, para conduzir o leitor dentro da ficção e para humanizar história.

Em *Vinte e zinco* (1999), de Mia Couto, esse *pacte représentationnel* traduz-se na recusa da interpretação teleológica inerente ao conceito clássico de História, substituindo-a por um processo de desdobramento, deslocamento

e proliferação das memórias.³ No romance, que usa o anacronismo como motor poético, o foco do narrador é aquele de um cidadão de Maputo comprometido com a Frente de Libertação de Moçambique⁴ (FRELIMO), e, portanto, vinculado à cultura africana. A narrativa, estruturada a partir de uma montagem de temporalidades descontínuas, heterogêneas e irregulares, mostra como metrópole e (ex)colônia se mesclaram em uma rede de histórias (re)inventadas, costurando o Atlântico ao Índico, num conjunto híbrido, onde fragmentos de culturas distintas interagem entre si e formam os anacronismos históricos que levaram à afirmação de Moçambique como nação. Os efeitos do fim da ditadura de Salazar e ainda a (contr)aposição dos usos e costumes tolerados e estereotipados vão constituir o enredo dessa narrativa pós-colonial, revelando “o dispositivo que mobilizou e justificou a empresa assimilacionista portuguesa, diante da qual a ‘cultura’ moçambicana, como substantivo singular, constrói-se e inventa-se numa relação de enfrentamento a esse elemento luso-centrista” (Macagno 2009, p. 23). A presença do anacronismo, enquanto ‘com-presença’ dinâmica de tempos descontínuos e heterogêneos, faz parte das dobras da complexidade da memória dos narradores, das relações entre tempo, história e ficção das quais emergem não propriamente os fatos, mas seus os efeitos que são narrados a partir de uma “risalita del tempo al contrario rispetto all’ordine degli eventi” (Didi-Huberman 2007, p. 33).

De fato, mentira oficial e mentira individual, memória truncada, negação, fabricação e deslocamento de fatos, pseudocoincidências, amnésia e silêncio fazem parte dessa sequência mnemônica e, como bem lembrou Lucette Valensi, “são em graus diversos, modalidades de um mesmo processo: elaborar as perdas e fazer as pazes com um passado trazido, e isso exige por parte da sociedade uma revisão dos fatos e às vezes a ruptura com a história oficial” (Valensi 1994, p. 8). Se tivéssemos de individuar uma data para uma revisão historiográfica do projeto Ultramarino português, certamente seríamos obrigados a retornar aos programas expansionistas de 1400 que se estenderam em seguida por 1500, quando Portugal, encurralado entre a Espanha e o Oceano Atlântico, decide expandir-se mar afora. Mas o meu objetivo com esse artigo é mais específico em relação ao período de estudo, concentrando-se no reexame da dinâmica histórica desencadeada pelas Guerras Coloniais e pela “Revolução dos Cravos” e os seus efeitos sobretudo em Moçambique, interpretados e narrados em *Vinte e zinco* (2004) por um dos grandes escritores

³ Aqui o universo diegético da narrativa faz referência aos conhecimentos históricos e culturais extradieгéticos.

⁴ A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) surgiu em 1962 com a união de três movimentos anticoloniais: União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), Mozambique African National Union (MANU) e União Nacional Africana para Moçambique Independente (UNAMI). Entre os anos de 1964 e 1979 iniciou uma guerrilha que tinha como objetivo a libertação nacional e a implementação no país de um modelo econômico e social marxista.

da literatura moçambicana contemporânea, Mia Couto (1955). Portanto, a fim de responder a tais questionamentos críticos, torna-se necessária a revisão de alguns fatos históricos que poderão ser úteis aos estudos da obra.

2. Caminhos de Abril

Na tarde de 9 de maio de 1945, diante da notícia do fim da Segunda Guerra Mundial com a rendição da Alemanha, os estudantes que faziam oposição ao fascismo reuniram-se em torno das embaixadas dos Aliados para festejarem a democracia. O regime português, no dizer de Rui Ramos, “pareceu-lhe ferido de morte”. Dias depois, exatamente em 18 de maio, Salazar, reconhecendo as consequências ideológicas do final da guerra, que tinha sido conduzida pelas potências aliadas sob a bandeira da democracia, resistiu ao ressurgimento da oposição, o que permitiu ao regime português encontrar um lugar no mundo das democracias ocidentais (Ramos 2015, p. 666).⁵

O regime durou até a “Revolução dos Cravos”, porque a prioridade dos governos não era a extinção das ditaduras conservadoras. Portugal com suas ilhas atlânticas parecia um reduto que não convinha abalar, por isso o governo inglês assegurava que o regime salazarista não era uma variante do fascismo, visto que não se verificavam presos políticos maltratados, nem espírito de opressão. Essa licença antidemocrática também foi autorizada pelo governo dos EUA que, através do presidente Eisenhower, em novembro de 1960, explicou aos seus colaboradores que “ditaduras deste tipo eram necessárias em países cujas instituições políticas não eram tão avançadas como as nossas” (Ramos 2015, p. 668). Essa ideia estendeu-se também aos novos Estados da África e da Ásia e todos duvidaram que um país pequeno e pobre como Portugal pudesse ser capaz de uma empresa tão arrojada.

A partir de 1951, o Império colonial português deu lugar ao desdobramento do seu já iniciado projeto *Ultramar* (para não dizer antigo), e as colônias portuguesas na África tornaram-se províncias de Portugal. Nesse período, foram criadas as reformas que permitiram aos africanos terem registro de identidade e representação junto à Assembleia Nacional. Embora tudo continuasse nas mãos dos portugueses, o Governo autorizou a definir Portugal como uma nação intercontinental e multirracial. Mas isso era apenas uma forma para facilitar o trânsito comercial e inventar uma aliança entre um Atlântico e um Índico sem fronteiras culturais, econômicas e políticas que salvaguardassem a soberania da metrópole. O Império reerguia-se, finalmente, e a pátria continuava eterna e imutável aos olhos dos portugueses e do mundo.

⁵ Ramos observa que o regime foi tratado como uma emanção do ‘atraso’ português, criando a convicção de que a alternativa só poderia ser outra ditadura.

Vinte três anos depois, em 1974, o país era outro, mudara muito, mas a questão política mais relevante ainda era os conflitos na África, “Salazar reduzira a guerra a uma rotina barata” (Ramos 2015, p. 680) e Marcelo Caetano, necessitando reunir forças políticas, deu aos generais a oportunidade de protagonizarem grandes manobras construindo posição de força para enfrentar as guerrilhas⁶ em território africano.⁷ É bom lembrar que 1968, após quatro anos do início da guerra independentista em Moçambique, mais de 38% do orçamento português foi gasto com um exército de 149.000 homens ocupados em defenderem as colônias Angola, Moçambique e Guiné contra as guerrilhas independentistas, e isso não era irrisório para um país pequeno e com sérios problemas econômicos. Embora, a guerra colonial propiciasse promoções rápidas e melhores salários aos oficiais, a inflação do período devorava-lhes os aumentos e isso reduziu o contingente do quadro permanente das forças armadas que já contavam com a metade dos oficiais necessários, “sujeitos a missões que os tinham colocado no ‘limiar da total exaustão psicológica’” (Ramos 2015, p. 707). Spínola numa tentativa de salvar o que já não valia mais a pena resgatar, publicou, em 22 de fevereiro de 1974, o livro *Portugal e o Futuro* que discutia as ligações *Ultramar*, de modo a torná-las mais palatáveis ao Ocidente e mais atrativas aos africanos, todavia a sua atitude foi interpretada como um clichê contraguerrilha, além de contribuir para evidenciar a inutilidade da guerra (Ramos 2015, p. 709).

Tudo isso provocou um descontentamento geral e os ministros começaram a sentir um clima de descrédito do regime, sobretudo porque o aumento do preço do petróleo ameaçava a desequilibrar a balança de pagamento. A confluência dos dissidentes do regime com as esquerdas à volta de um chefe militar criou também as possibilidades de transformação político-social. Essa insatisfação generalizada entre os militares deu origem ao Movimento das Forças Armadas que, em 25 de abril de 1974, entrando com os canhões pelas ruas de Lisboa, conduziu o Golpe e destituiu Marcelo Caetano, chefe do governo fascista. O golpe, preparado pelo Major Otelo Saraiva de Carvalho, tinha iniciado, portanto, dois anos antes com as manifestações que dividiram o país e levaram milhares de pessoas às ruas, o que poria fim a uma ditadura⁸ que se prolongara por quase meio século.

⁶ Algumas lideranças moçambicanas (Eduardo Mondlane líder da FRELIMO), angolanas (Holder Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi) e cabo-verdiana, como Amílcar Cabral, líder do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), perante a recusa do Governo Português em negociar a independência, optaram pela luta armada. Angola em 1961, em Guiné em 1963, em Moçambique em 1964. Ver Rui Ramos (2015, p. 706).

⁷ Em Moçambique, por exemplo, a FRELIMO, como não conseguisse impedir a construção da Cahora Bassa, infiltrou vários grupos armados no centro do território, causando perplexidade e terror à população europeia.

⁸ Rui Ramos observa que a Espanha e a Grécia saíram de uma ditadura a partir de uma transição negociada, mas Portugal, ao contrário, precisou de uma “revolução” (2009, p. 705).

O súbito desaparecimento do Estado Novo, segundo Rui Ramos, deu-se, sobretudo, em razão das “guerras em África e devido à transformação que o processo de descolonização provocou nas forças armadas, num ambiente internacional marcado pelo suposto ‘declínio’ de um Ocidente afligido pela inflação e pela retração do poder americano” (Ramos 2015, p. 705). Tinha sido um golpe sem confrontos, sem lutas ou estado de sítio, e sem retaliações, exceto à caça aos ‘pides’. O futuro do projeto *Ultramar* tinha falido. Em 26 de agosto deste mesmo ano, em Argel, houve a entrega da Guiné ao PAIGC, e, em 9 de setembro, em Lusaca, de Moçambique à FRELIMO. No dia 25 de junho de 1975, data comemorativa da fundação da Frente de Libertação, Samora M. Machel tornou-se, então, o primeiro presidente de Moçambique. Tratava-se, portanto, de fazer de um partido um Estado e “da construção da nação moçambicana uma entidade homogênea que somente era compreensível sob a lógica do enfrentamento a uma outra entidade que se apresentava igualmente homogênea: a nação portuguesa e suas pretendidas províncias de ultramar” (Macagno 2009, p. 2).

Após 1975, o continente africano sofreu profundas modificações, com a independência de vários países que exigiram dos seus intelectuais e da política local uma reflexão acerca das identidades nacionais de modo que cada região “inventada” pelos europeus pudesse ser “reinventada” pelos africanos. Nas palavras de Mia Couto, a dominação colonial inventou grande parte do passado e da tradição africana. Ironicamente, alguns intelectuais africanos, para negarem a Europa, acabaram abraçando conceitos europeus (Couto 2005, p. 62). Essa geração, entretanto, trouxe grandes contribuições para o fortalecimento da História da África, de sua literatura e cultura. De fato, nos últimos anos o projeto *Atlantic History*,⁹ que transcende o isolamento proposto por fronteiras nacionais e pelas relações dicotômicas império/colônia e centro/periferia, teve um grande impacto sobre as pesquisas que envolvem todo o continente africano, ressaltando os intercâmbios demográficos, econômicos, sociais e culturais. Mas será a ficção pós-ditadura, admitindo uma possível periodização literária, a fazer as contas com a história da colonização portuguesa. Cumprindo esse “tempo de aprendizagem” (Reis 2005, p. 288), a literatura ressurgiu com uma pujança poucas vezes igualada, o número de escritores, os quais se debruçaram sobre o fim do projeto *Ultramar* e sobre a emergência das novas nações, é bastante expressivo. Basta enumerar alguns nomes expoentes da literatura portuguesa, como José Saramago, José Cardoso Pires, Lobo Antunes, Lídia Jorge, Mario Claudio, e da literatura africana de língua portuguesa, como Pepetela, Mia Couto, José Eduardo Agualusa, Luandino Vieira, cuja escritura baseia-se numa modulação polifônica do discurso, na fragmentação narrativa de diferentes registros, na metanarrativa, que retoma a história através de uma implosão do tempo e dos códigos formais,

⁹ Ver a propósito os estudos de Bailyn B., *Atlantic History: Concepts and Contours*, 2005.

para perceber que se está diante não somente de um processo de revisão historiográfica, mas de uma tentativa de reconstrução identitária portuguesa e africana – de uma portugalidade e, de modo geral, de uma africanidade. Não obstante divergências e convergências nas imagens recíprocas de portugueses e africanos, a literatura de cada país de língua portuguesa, no seu papel indiscutível de revisão crítica e mesmo dessacralizadora das grandes construções imaginárias, teve grande importância no processo de negociação da memória do passado, dialogando com as análises historiográficas do período. Uma tal revisão não está isenta de pressupostos e consequências ideológicas, sobretudo quando se trata de equacionar temas como a guerra colonial, que implica fratura, conflitos e desencantos.

Entre os anos de 1998 e 1999, Portugal foi palco de grandes comemorações, consideradas importantes para a sua historiografia e cultura e que envolveram vários setores da sociedade. Tratava-se dos 500 anos da viagem de Vasco da Gama e dos 25 anos da “Revolução dos Cravos”. Na ocasião dos eventos publicaram-se diversas obras tratando do tema do *Descobrimento* e da viagem de Vasco da Gama, dentre as quais o romance *Peregrinação de Barnabé das Índias*, de Mario Claudio, cuja relação com a História “não cede ao apelo do fantástico de desenho labiríntico” (Reis 2005, p. 300) que encontramos em outros escritos. Várias revistas literárias apoiaram o evento, por exemplo: o “Jornal de Letras” e “Colóquio/Letras” da Fundação Calouste Gulbenkian. Já a edição comemorativa do 25 de Abril em Portugal, realizada pela Editora Caminho e dirigida por Zeferino Coelho, publicou uma Coleção chamada “Caminhos de Abril”. A editora convidou onze escritores, entre eles Mia Couto que aceitou o desafio, alertando, contudo, que o 25 de Abril moçambicano era bem outro, o de Junho de 1975, aludindo à data de independência de Moçambique. O editor respondeu-lhe que isso não era um problema, porque assim a coleção teria outros pontos de vista. A propósito de ponto de vista externo e plural, além de Mia Couto, que apresentou o seu romance *Vinte e Zinco*, também foram convidados a participar da iniciativa o cabo-verdiano Germano Almeida, que escreveu *Dona Pura e os camaradas de Abril* (1999), e o fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, com *Um fotógrafo em Abril* (1999), cujas fotografias,¹⁰ publicadas em um número especial, referem-se não somente ao cotidiano português e às manifestações de 1974, mas também aos eventos que se sucederam em Angola e Moçambique após a declaração de independência. Dito isto, passemos, pois, ao estudo do texto.

¹⁰ É interessante notar que uma das fotografias, de setembro de 1974, mostra um funeral a Lourenço Marques, no centro da foto há um féretro com um corpo de uma vítima de tentativa de Golpe de Estado pró-colonialista. Ver Salgado (1999, p. 47).

3. Anacronias e (pós)colonialismo em *Vinte e zinco*

Metamorfoseado no próprio título, o romance *Vinte e Zinco* (1999), de António Emílio Leite Couto,¹¹ assume uma contraposição à herança cultural portuguesa, a partir do ponto de vista de uma narração deslocada, cuja estrutura temporal particular consente ao autor alargar o olhar sobre o evento histórico da Revolução de Abril, sem traçar limites entre o início e o fim dos conflitos coloniais. Ao encarnar o ponto de vista moçambicano, o escritor põe em discussão a permanência das formas simbólicas segundo às quais perduravam as limitações do ‘zinco’ em tempos coloniais; subvertendo o universo linguístico, denunciando o racismo, as ações e os modos de pensamento naturalizados dos portugueses. Com efeito, no romance, opõem-se dois mundos diferentes, atravessados por um movimento dialético vinculados pelos acontecimentos políticos e sociais em Portugal e pelos relatos/testemunhos dos habitantes da colônia africana, através de um tecido de metáforas e símbolos no qual se misturam o real e o imaginário fantástico. De fato, como acentua Abdala Jr, “À diferenciação espacial cidade/campo, capital/região, metrópole/colônia, sobrepõem-se [...] diferenciações temporais que envolveram a luta anticolonial em Moçambique e vicissitudes do processo libertário” (Abdala Jr. 2012, p. 290). E essas oscilações do impulso libertário acabaram por dar sentido a esses doze dias do relato, cuja estrutura temporal se encaixa num outro tempo muito mais vasto e complexo, mas nem sempre mensurável.

Se o projeto colonial português rasurava as vozes da tradição, silenciando saberes e formas de conhecimento de mundo genuínos,¹² o projeto político socialista de Samora Machel, após o 25 de Abril, também não apresentava alternativas relevantes para os impasses culturais e políticos relacionados à formação nacional. Ao divulgar o lema ‘Morra a tribo para que nasça a nação’, ambos os discursos, o da metrópole e o da colônia, preconizavam ideias de sobreposição da identidade político-ideológica e nacional em detrimento dos elementos identitários singulares, colocando em cheque o regional *versus* o nacional, o local *versus* o global, o tradicional

¹¹ Mia Couto, nascido na cidade de Beira, em 1955, 20 anos antes da assinatura da declaração de independência de Moçambique, cresceu em um ambiente no qual a escrita e as histórias faziam parte da vida cotidiana. Em 1972, ingressou na faculdade de medicina da Universidade de Eduardo Mondlane, situada na capital do país, Maputo, abandonou-a dois anos depois para exercer a atividade híbrida de jornalista e militante político, à qual iria se dedicar até meados dos anos 80, quando então regressaria à universidade para formar-se em biologia. Mia Couto também se refere ao 25 de Abril enquanto marco à mudança de rumo da FRELIMO, pelo menos, no que diz respeito à aproximação entre os movimentos estudantis, do qual ele fazia parte, e os militantes da Frente.

¹² O aumento do número de colonos pouco qualificados impedia aos africanos de conquistarem pequenos empregos e de organizar seus próprios negócios. Deixou de haver miscigenação e os europeus mantinham-se fechados às influências africanas. Tudo isso facilitava os confrontos raciais e sociais.

versus o moderno. No contexto ainda colonial, a imposição da língua portuguesa às colônias, por exemplo, foi fundamental para garantir a afirmação cultural do imaginário lusitano e a sua força de dominação; depois porque criava a resistência ao projeto colonial e inseria Moçambique no contexto moderno internacional. O tribalismo, a superstição e a tradição atentavam contra a construção da nação moçambicana que, na imaginação de seus defensores, deveria ser singular e unificada. Esse unitarismo, contudo, “reproduzirá, embora com conteúdos inversos, a mesma gramática assimilacionista e intolerante em face dos particularismos culturais, veiculada pelo discurso colonial português [...]. A chamada moçambicanidade cultural deveria, portanto, ser recriada em contraposição à herança cultural portuguesa” (Macagno 2009, pp. 21- 23).

Sobrepondo espaços e temporalidades heterogêneos num mesmo plano narrativo, o romance de Mia Couto narra o 25 de Abril à contrapelo. Cada capítulo do romance apresenta uma data referente às sequências de eventos que se iniciam no dia 19 e terminam no dia 29 de abril, mas os acontecimentos narrados em terras moçambicanas estão em antítese àqueles construídos pela história oficial portuguesa. Dos cadernos de Irene nascem, por exemplo, as proposições axiomáticas, os motes de alguns capítulos, numa espécie de (contr)aposição crítica entre história oficial e as ‘estórias’ do sujeito moçambicano. No primeiro, intitulado “19 de abril”, a epígrafe extraída do diário desta personagem faz referência à tortura: “O torturador necessita da vítima para criar verdade nesse jogo a duas mãos que é a fabricação do medo” (Couto 2004, p.13), a partir do qual o narrador onisciente opõe o torturador ao torturado; as políticas de repressão impostas às colônias e a ameaça comunista e independentista à necessidade de liberdade. Mas o sentido libertário do acontecimento português é, conforme Abdala, visto como um processo (Abdala Jr. 2012, p. 288), determinado pela multiplicidade e ambiguidade de olhares dos personagens e pelo próprio autor. O foco dessa visão é marcado sobretudo pelo distanciamento entre o tempo do enunciado, das referências indiretas ao 25 de Abril, e o tempo de enunciação que tem a ver com as “carências acumuladas por esse processo que demandaram novas fissuras” (Abdala Jr. 2012, p. 289) no campo político e cultural, i.e., exigindo novas aberturas para compreender o passado fabricado e descontínuo e para recompor e narrar um presente improvável, na esperança da criação do ‘novo homem’ e da nova nação independente.

De fato, a ideia de ‘fabricação’ relaciona-se, em *Vinte e Zinco*, “a um conceito mais amplo de enunciação: os fatos da realidade, como também os fatos discursivos que sobre ele se debruçam, são construídos” (Abdala Jr. 2012, p. 291). Trata-se igualmente da fabricação do medo e da construção da ideia de raça/cor, as quais têm a sua (contr)aposição na fabricação do Outro, ilustrada pelas anotações dos cadernos de Irene que também abrem o segundo

capítulo “20 de abril”: “Ninguém nasce desta ou daquela raça. Só depois nos tornamos pretos, brancos ou de outra qualquer raça” (Couto, 2004, p.19). Para ser eficaz, sublinha Abdala, “o medo precisa ser aceito por parte do sujeito oprimido” (Abdala Jr. 2012, p. 291), assim como a inferioridade da raça. Mas Irene é uma portuguesa destemida que se identifica com a representação do Outro marcada pelo binômio centro-periferia, preto-branco e atualizada nas subsequentes dicotomias tradicionais as quais, no dizer de Calafate Ribeiro, constituem-se em “fantasias pós-coloniais que reproduzem ainda, em termos de pensamento, a estrutura binária que enformou o pensamento e as políticas coloniais” (2004, p. 15). Há nos cadernos de Irene uma espécie de consciência do autor, no qual se registra a aproximação entre esses dois mundos, através de uma metalepse narrativa, ou do discurso de separação enunciativa, que representa “le passage [transgressora] d’un niveau narratif à un autre” (Genette 1972, p. 243). Esse tipo de metalepse produz um discurso parecido com aqueles textos ‘limites’: notas, prefácios, dedicatórias que promovem o encontro, o atrito entre o real e o ficcional. Trata-se de uma estratégia que permite rever a posição do autor dentro do texto, um autor implícito, cujos movimentos, composição e jogos, inscritos nos mecanismos da metalepse, participam da construção desse ‘autor real’ que, identificando-se com a sua própria terra e com a cor da pele do Outro, vai se concretizar e encarnar, no âmbito da vida privada, a tensão racial, a mestiçagem cultural e os aspectos identitários através da afirmação de uma moçambicanidade.

Irene é esta personagem que, “exilada de juízo e das maneiras” (Couto 2004, p. 20), vai romper com a razão colonial dos brancos e, cobrindo-se de matope, assumirá as ‘sujidades’ dos negros e os cultos africanos. Há nesse comportamento “o confronto deslocado de uma outra guerra. Nesse conflito, a voz de Irene se engatilha, às vezes fio trememente, outras vezes, espantada com sua própria grandeza” (Couto 2004, p. 23). As palavras de Irene, assim como o artifício narrativo que são os seus cadernos, infringem os limites socioculturais, geográficos e hierárquicos dentro do mundo ficcional, e isso prepara para uma transgressão metaléptica da fronteira extraficcional, separando o passado histórico do presente da enunciação ficcional. A metalepse, nesse caso, desencadeia um mecanismo narrativo que transforma o espaço discursivo em um lugar privilegiado para o acolhimento do ‘autor real’, porque produz um efeito do real dentro da ficção, através da intromissão de instâncias extradiegéticas no universo intradieético, como sugere a voz narrante dos cadernos de Irene; ou a partir da intervenção de personagens intradieéticos em nível extradiegético, como as profecias do cego Andaré e da adivinhadora Jessumina. Desse modo, a metalepse desestabiliza a ordem temporal do texto, rasurando os limites que separam as instâncias narrativas do dispositivo enunciativo.

O contraponto de Irene é o seu sobrinho, personagem central do romance, um português a serviço da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), Lourenço de Castro, cujo pai Joaquim, também inspetor da polícia secreta portuguesa, morre em um acidente de helicóptero que cai ao mar quando uns presos a quem deveria matar o enredaram com suas pernas e o arrastaram com eles para o oceano. Lourenço presencia a morte do pai, e descobre, após “o desacontecimento do 25 de abril” (Couto 2004, p. 79), que o seu futuro na colônia tornara-se insustentável, porque, incapaz de rever criticamente a sua prática autoritária, já não se reconhecia como um português e tampouco seria aceito na nova ordem moçambicana, desse modo não poderia voltar a Portugal junto à sua mãe e aos seus compatriotas.¹³ O seu presente estava marcado por um *continuum* com o passado de seu pai e o seu destino equivalia às dobras do tempo, determinado por uma série de correspondências que se iam desenvolvendo até a sua morte pelas mãos da sobrinha Irene, “uma inteira vida dedicada a uma causa tropeçava no nada” (Couto 2004, p. 79). Mas como “o tempo cai sobre o tempo como lagarto que se nutrisse de sua própria cauda” (Couto 2004, p. 79), Lourenço interrogava-se se valia a pena fazer as contas com as injustiças, porque “tudo continuava nem no mais nem no menos. Não era esse dia, o 25 de abril que fazia o antes e o depois daquela terra” (Couto 2004, p. 91). Naquela África já não havia mais espaço para o frágil e infantil inspetor que substituíra o pai no papel de torturador. Não havia perdão para aquele homem-menino que só conseguia dormir se tivesse ao lado o seu cavalinho de madeira e o pano que usava para a sua baba noturna.

O refúgio pueril do personagem permite não só a espacialização da sua identidade infantil, bem como contextualizar o cenário histórico português dos soldados na África e de seus filhos: “quando a luz adoec[ia], cansada de tanto dia” (Couto 2004, p. 13) chegava à casa e lavava as mãos sujas de sangue e se punha a refletir sobre o árduo trabalho de ser um inspetor da PIDE, “em pleno mato africano, lá onde o pé de branco nunca assentou” (Couto 2004, p. 13). É, pois, pela estrutura discursiva que o narrador heterodiegético vai tecendo essa existência precária e marginal, ao abrigo da dura realidade circundante. Diferente dos outros personagens, Lourenço de Castro, criado a partir desse sistema do medo, representava a prisão político-social dos hábitos anacrônicos instituídos pela pátria lusitana que envolvia e aprisionava brancos e negros num jogo autoritário. Mia Couto convoca, desse modo, uma discussão acerca da dinâmica histórica aberta pela Revolução dos Cravos, pondo em discussão as relações entre metrópole e ex-colônias que se mesclavam numa rede índico-

¹³ Um dos maiores efeitos da descolonização foi o crescimento da população na Metrópole. O Governo evitou maiores influxos com a lei de 24 de junho de 1975, que privou retrospectivamente da nacionalidade portuguesa os naturais das colônias que não fossem descendentes de portugueses (até o 3º. Grau) ou já residissem em Portugal (Ramos 2009, p. 720).

atlântica, que deveria dar forma não mais a uma entidade homogênea, mas híbrida e heterogênea que unisse os mares dantes navegados.

No romance, a imagem do corpo do pai de Lourenço de Castro que, de um momento para o outro, “boiava sobre o oceano e era como uma *sombra branca* imensa, um lenço recobrando todo o Índico” (Couto 2004, p. 96, *grifo meu*), é, pois, uma alegoria, tanto da extensão política de Portugal sobre as colônias e da superioridade racial (mas também da pretensa união racial que nunca chegara a existir), quanto da intempestiva separação de ambas as nações através da metáfora do pai morto, cujo corpo estendido inutilmente sobre as águas do Índico anunciava o fim da ditadura salazarista, quando então “tudo se calava sem sossego de milênios. Finalmente seu pai sofria sua última morte” (Couto 2004, p. 96). A África surge, então, como o espelho de um Portugal cujo império chegara ao fim e seu corpo desmembrado tornava à casa. Mais do que isso. Referindo-se ao romance histórico e testemunhal, Leyla Perrone-Moysés observa que se trata da metáfora do espectro do “morto mal enterrado, que volta para cobrar alguma coisa mantida à distância. Por outras palavras, é o passado que se recusa a morrer” (2016, p. 150).

A estrutura da narrativa e o enredo, como vimos, transgridem não só a ordem temporal, mas o discurso estratificado que era veiculado pelos portugueses sobre o 25 de Abril, embora esta data não correspondesse, de imediato, às aspirações independentistas de Moçambique como profetizava Jessumina: “Vinte e cinco é para vocês que vivem nos bairros de cimento. Para nós, negros e pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia ainda está por vir” (Couto 2004, p. 9). A construção do universo diegético de contornos ainda coloniais reflete e encarna a perspectiva dos sujeitos colonizados que se confrontam, nesse dia, com o europeu exonerado de seu poder institucional, a partir de um discurso narrativo cuja organização linguística arrevesada e destituída da correção gramatical e sintática, instituída até então pela política imperialista portuguesa, revela o estereótipo e os construtos herdados. De fato, segundo Mia Couto, o jogo de palavras em português marca o distanciamento de dois universos que olham de forma diversa uma mesma efeméride. Os que viviam nos bairros de zinco fizeram festa, cantaram e dançaram, no 25 de Junho de 1975, mas apenas sorriram no 25 de Abril de 1974 (Couto 2005, p. 58).

O autor dissolve, assim, a dinâmica temporal do evento na tensão racial que interpelava os sentimentos, lembranças e escolhas partilhadas pelos personagens, descrevendo as interações e hábitos anacrônicos entre as categorias sociais e raciais, que envolviam negros e brancos num jogo de assimilações e violência que vai além daquele do torturador e do torturado imposto pela metrópole. As profecias e as palavras da feiticeira Jessumina, ao contrário do discurso discriminador português, não só encarnam a cultura da terra, como também criam pontes entre metrópole e colônia, entre o passado e

o futuro da nação moçambicana, misturando o mito à realidade, através de projeções e adivinhações. A presença do discurso utópico e mítico é muito significativa, porque estabelece uma dinâmica que não depende da temporalidade histórica, mas de outro nível de realidade humana, diante de tempos e de espaços que se confundem e se escondem na bruma da indefinição mítica. Com efeito, a construção mítica passa ser também uma resposta à insuficiência da historiografia, autorizando o escritor a operar com várias temporalidades e imaginar, em torno aos acontecimentos, uma série de causalidades inspiradas em exemplos históricos de épocas diferentes.

A conversa entre os personagens Marcelino e Custódio, no capítulo “22 de abril”, reabre as discussões relativas à criação do ‘homem novo’ moçambicano e a legitimidade de sua cultura. “Você quer fazer a revolução, Marcelino, está certo. Mas para qual finalidade?” (Couto 2004, p. 41), perguntou o tio Custódio alegando que a política era coisa perigosa, esquivando-se “das razões do fraco contra o forte” (Couto 2004, p. 37). Marcelino, o mulato, o quase-preto, metido com a FRELIMO, sonhava em ver Moçambique independente e não aceitava a colaboração do tio com as tropas portuguesas, era uma ofensa contra o povo. Falava, então, de um país novo, unindo todos os moçambicanos para além das tradições e das diferenças, sem saber que semelhante iniciativa social e moral trazia consigo uma parcela de violência. A mesma violência que cometera seu pai quando o abandonou antes de seu nascimento. A foto de família pregada na parede, a qual o tio insistia em lhe esfregar na cara, carregava consigo um vazio ontológico: “Ali faltava o seu pai. Esse homem branco [que] estava condenado à inexistência, exilado do corpo e da voz” (Couto 2004, p. 43). Marcelino morreu na prisão e sua mãe, dona Graça, “entranhou-se no mato e extinguiu-se em definitivo [...] deixara este mundo do modo mais obscuro: sem nunca ter chegado a morrer” (Couto 2004, p. 44). Essa dimensão temporal que prolonga a vida de dona Graça e de Irene para além dos limites cronológicos são importantes para compreender que estamos diante de um presente que se expande, de um tempo incomensurável, de um imutável presente.

No texto de Mia Couto, o fim da ditadura de Salazar vai desestabilizar o núcleo familiar português para, depois, repercutir no núcleo moçambicano, sobretudo porque o 25 de Abril representou o fim da DGS – ex-PIDE – e a concretização da ameaça comunista personificada pelos militares que conduziram o golpe. Embora o romance apresente uma pretensa linearidade histórica, organizada através dos títulos dos capítulos e de uma sequência cronológica de datas que deveriam corresponder aos ‘Caminhos de Abril’, i.e. ao objeto da história, a narrativa revela-se desconectada dessa mesma historicidade que nega os eventos portugueses como tais. O paradoxo encontra-se justamente no desejo falido de ordenar o tempo, i.e., num ato de temporalização e síntese, que aparentemente rejeitaria o anacronismo, mas

acaba por afirmá-lo. Não há eucronia entre os títulos e os fatos narrados, os quais fornecem apenas uma interpretação indireta, muitas vezes mítica e imaginária, acerca dos efeitos e da recepção dos eventos ocorrido em Portugal e não sobre a sua própria estrutura.

De fato, no capítulo intitulado “25 de abril”, a notícia da queda do regime é transmitida pelo rádio, mas Lourenço, perplexo e sem entender do que estavam falando, indagava: “Regime? Qual regime?” (Couto 2004, p. 69). “Para ele não havia um regime. Havia Portugal. A pátria eterna e imutável. Portugal uno e indivisível” (Couto 2004, p. 69). Uma totalidade incompleta que só existia aos olhos dos portugueses ou assimilados,¹⁴ mas não para os nativos oprimidos. Aqui a concordância entre o tempo histórico e o vivido não existe. Os efeitos do 25 de Abril ganham, portanto, contornos diversos para os portugueses da colônia e para os africanos, porque a história de Portugal se relativiza, já não se encaixa mais na história da própria colônia. Com efeito, se pensarmos nas anacronias como um processo dialético da história, como bem observou Didi-Huberman, devemos partir da tese, paradoxal, de que a história da África, assim como a história das culturas e das artes africanas, não existia, pois “se apresentava como traços de uma aporia” (Didi-Huberman 2007, p. 167). A bem da verdade, para Portugal a história africana nunca existiu, o preconceito ligado à evolução privou essas culturas de sua historicidade, condenando-as a um modelo segundo o qual se esperava reconhecer no negro um estado perpétuo ligado às suas raízes, às suas origens. Desse modo, a história cultural africana só poderia existir se fosse atrelada à história europeia. A antítese dessa tese consiste, portanto, em inverter as condições dessa inexistência cultural e (re)conhecer a história africana tanto no âmbito artístico-literário que político-cultural. Os anacronismos nas narrativas pós-coloniais se explicitariam e se tornariam perceptíveis através dessas figuras que desafiam todas as regras a partir das quais o discurso histórico ocidental fundou a sua legitimação. Portanto, ao exigir a legitimação dessas culturas e afirmar a sua existência, como o faz Mia Couto, é possível elaborar uma síntese da própria ideia de nação: “si inventano nuovi oggetti storici solo creando la collisione – l’anacronismo – di un Adesso con il Già-stato (Didi-Huberman 2007, p. 169).

¹⁴ Conforme Maria M. Barreiros Salvador Cunha (2015), “as diretivas governamentais para África haviam criado uma política de assimilação. Os africanos poderiam atingir a cidadania portuguesa mediante certas condições que, pela sua exigência, excluía praticamente todos os nativos: falar português, ter-se desligado de todos os costumes tribais, ter emprego estável e remunerado. As possibilidades para aceder a estas condições eram enormemente entravadas por disposições várias e por dificuldades decorrentes do sistema, tais como, por exemplo, a precariedade do ensino [...]. Na base do sistema de assimilação estava a divisão da população africana em assimilados (minoría diminuta que adoptara um estilo de vida essencialmente português) e indígenas” [...]. Deste leque de condições, há duas particularmente chocantes: o requerente terá de rejeitar a sua própria cultura no que toca a hábitos comportamentais e está automaticamente sujeito à boa ou má vontade de do administrador do governo (2015, p. 73-75).

O fato de o cego Andaré e Jessumina enxergarem para além da penumbra demonstra que as suas ações transitavam pelo campo do imaginário e simbólico, promovendo a coexistência entre o saber empírico e o mágico. Andaré sentado a ‘derivar memória’ (perder-se no tempo, esmiuçar os fatos), com os seus pés nas duas margens, enxergava na indefinição das imagens que observava, e “a cegueira editava valor a essa caixa de lembranças do tempo em que ainda podia ver” (Couto 2004, p. 35). Nas palavras de Abdala, “os coloniais [portugueses] apenas enxergavam a luz de sua ordem, eliminando a penumbra. Ficavam restritos apenas a uma margem. A mais viável. Desconheciam ou fingiam desconhecer o que estava ocorrendo, de fato, uma interação entre a África com a Europa” (Abdala Jr. 2012, p. 293). Essa modulação de temporalidades heterogêneas é reservada ao papel desempenhado na narrativa pelos personagens nativos: Tio Custódio, Dona Graça, Jessumina, o cego Andaré que, não obstante as reservas sobre o destino do país, ainda atrelado à permanência da mesma ordem social, veem no processo libertário a única estrada possível para África. De fato, assim profetiza Jessumina: “Ainda lhe vou convidar para a festa da nossa Independência [...] este vinte e cinco ainda não é nada. Hão-de vir outros vinte e cinco, mais nossos, desses em que só há antes e depois” (Couto 2004, p. 88), tentando cancelar o tempo verbal feito de um presente *continuum* de sofrimento, assimilações e violência. Igualmente, Dona Graça, ao referir-se aos hábitos dos brancos em terras africanas, explicitava através da metáfora ‘descalção’ a vontade de cancelar a história imposta pelos portugueses:

O sapato, neste nosso mundo [...] não é só coisa de pôr e tirar. O dito sapato não compõe apenas o pé mas concede eminência ao homem todo inteiro. O calçado é um passaporte para ser reconhecido pelos brancos, entrar em categoria de assimilados.

– Existem dois tipos de pretos: os calçados e os pretos.

Tio Custódio se vangloriava da sua descaldão. O mato estava sempre renascendo sob os seus pés. Isso era seu dito. E mais se atribuía: onde seu pé tocasse o chão, apagaria a obra desses brancos. O passo dele punha o mundo a andar para trás. (Couto 2004, p. 38)

O desejo de apagar os rastros associa-se, paradoxalmente, aos efeitos do palimpsesto, cujo texto primitivo foi raspado para dar lugar a outro. Estamos diante de uma imagem de tempo complexo, i.e., de tempo impuro, mas também de um estatuto renovado e dialetizado. Uma das passagens do romance que melhor exemplifica as anacronias da narrativa é a do personagem cego Andaré que tinha olhos adoecidos de imprecisão e com os pés nas duas margens, entre Portugal e África, limpava o sangue das paredes para que as torturas não ficassem impressas na memória da história, mas ele enxergava mais do que todos e, na indefinição das imagens que observava, via mais fundo e mais longe e desautomatizava seu olhar. Ele via até mesmo os estupros dos prisioneiros

africanos cometidos pelo pai de Lourenço. Intelectualmente, esses personagens pertenceriam a um tempo posterior ao 25 de Abril, seriam os porta-vozes do próprio romancista, que não apenas os supera por seu conhecimento factual do futuro, mas porque expressa ideias mais avançadas do que as do seu próprio tempo. E isso, segundo Zenkine, definira os anacronismos metonímicos (2018, p. 49).

Nessa montagem de tempos múltiplos que formam os anacronismos, o cego apagava as marcas das torturas com a tinta branca, e de seus olhos brotavam lágrimas carregadas de terra, “água escura, igual à do rio que ele, em delírio, via estrondear sobre as quietas margens, a inundação engolindo o universal mundo” (Couto 2004, p. 63). Trovejava em ‘Abril’, repetia o cego numa alusão à queda do mito – o mito *Ultramar*. E quando, ao final do romance, ele volta à prisão para apagar as marcas de sangue deixadas após o assassinato de Lourenço de Castro, sente o perfume de mulher, “as memórias se avalancham” e sobrevivem-lhe em mente os ido e vindos da história, as cores antigas que se convertiam em sons. Toma às mãos novamente a lata de tinta e, com amplo gesto e a cada pincelada, vai lavando a paisagem do quarto. Não havia mais sangue, nem desordem. Não era só o morto que se esvaia, a própria morte desvanecia e a prisão ia se dissolvendo, “como se o pincel que empunhasse fosse areia, na mão do vento, apagando pegadas no deserto” (Couto 2004, p. 101). Diante do palimpsesto, ou da imagem ainda que recente e contemporânea, conjugam-se vários planos da história. Diante da cena metafórica do último suspiro do Império português, existe o presente da experiência, i.e., a memória que convoca. Por mais antiga que seja essa imagem, observa Didi-Huberman, o passado e o presente nunca deixam de reconfigurar-se, desde que o olhar não tenha cedido completamente à prática enfatuada do ‘especialista’. Nessa esteira, a imagem torna-se pensável somente através da construção da memória, mas, como ela tem mais memória e mais futuro do que o espectador, provavelmente sobreviverá independente de nós mesmos, porque somos elemento frágil e transitório, enquanto ela, a imagem, é, ao contrário, o elemento futuro, o elemento da duração (Didi-Huberman 2007, p. 13).

As imagens inscritas naquelas paredes da prisão terminam por estabelecer uma montagem das diferenças temporais, revelando a sobreposição dos eventos históricos. Apagá-las com as areias do tempo ou com a tinta branca era só uma tentativa de cancelar as prisões das polícias políticas de Salazar. Um ato de esquecimento e anacrônico que, em *Vinte e Zinco*, ao trilhar os ‘Caminhos de Abril’ às avessas, é elemento de denúncia e de (contr)aposição à “Revolução dos Cravos” contada pelo português. Enquanto sintoma, a história permanece, assim, registrada no chão colorido de vermelho e através das marcas dos pinceis nas paredes da prisão, como “un ventaglio di tempo che si dispiega” (Didi-Huberman 2007, p. 21).

4. Conclusão

Existe, conforme Didi-Huberman, uma diferença entre anacronismo como “errore metodologico” e outro como “erranza ontologica nel tempo” (2007, p. 34). O primeiro comporta a falsificação da história e o segundo aponta para o anacronismo do próprio ser ou, mais especificamente, para a “temporalità ontologica dell’opera d’arte” (2007, p. 34). Essa montagem temporal, que implica a arte das relações, dos intervalos e dos fragmentos, é construída por Mia Couto ao refletir acerca dos efeitos do colonialismo nas terras africanas, criticando as diferenças dos hábitos culturais entre ambos os mundos e reconhecendo neles as várias temporalidades diferentes e a sua ductilidade. No caso da literatura pós-colonial, não é a linearidade dos eventos históricos que interessa, mas a história como processo e conexões entre Atlântico e Índico, o seu caráter relacional, as constelações saturadas de afinidades, disparates e correspondências, a diversidade das matrizes culturais, através das quais fazem circular os sentidos que escapam ao próprio tempo e espaço do povo português e, porque não dizer, do europeu. Lembrando as palavras de Benjamin Abdala: “Moçambique e a África colonizada não deixaram de estar em Portugal, constituindo combustível para os movimentos dos capitães, como este país também não deixou de estar nas nações africanas” (Abdala Jr 2012, p. 289).

O processo de descolonização ‘universal’ e as rebeliões africanas obrigaram Portugal à reconsideração coletiva da imagem artificiosa e eufórica de si mesmo e do seu papel em âmbito europeu e global. Perdemos um Império, constata Eduardo Lourenço e isso é um fato, mas na realidade perdemos menos do que parece, porque na verdade o que tínhamos antes pertencia sobretudo ao nosso imaginário (2002, p. 23). Um imaginário, centrista, universal e universalizante, para o qual bastou uma guerra para destruir uma Europa, enquanto memória e “cultura de historiadores criadores da própria ideia de história” (Lourenço 2002, p. 74), que sempre tiveram necessidade de dar sentido aos acontecimentos milenares, aos atos, às invenções e pensamentos os quais hoje chamamos de civilização. Como europeu, diz o autor, “viajamos menos em direção ao futuro do que em direção às origens” (Lourenço 2002, p. 74). Esse tempo da Europa, compartilhado com toda a humanidade como se fosse único e indivisível, não só marcou os ritmos das mudanças e dos rumos da nossa história pregressa, mas indicou ainda um caminho seguro para as nossas viagens que, se não fosse desse modo, teriam sido vividas apenas como um êxtase intemporal ou um eterno retorno. Essa temporalidade ‘vivente’, como bem lembrou Eduardo Lourenço, conferiu ao destino europeu a figura *felliniana* de uma “nave che va...”, esse navio a partir do qual o imaginário europeu representou seu próprio destino de viajante – navio de Ulisses, navio da loucura, navio redentor de Colombo – que arrastou a bordo toda a humanidade (2002, pp. 159-161). Essa reflexão de Eduardo Lourenço trouxe-

me à memória a descrição dos últimos dias do Inspetor da PIDE. O que mais marcou esse português, diz o narrador em *Vinte e zinco*, referindo-se ao trágico fim do personagem Lourenço de Castro, já besuntado com a lama que lhe chapeava as pernas tal como o búfalo que se atolara nos pântanos:

[...] não foi a visão desse lento naufrágio. Mas foi o pássaro carraceiro, mais seu bico vermelho. Já o búfalo submergia inevitável, e a ave ainda se conservava de pouso em seu dorso. Fosse ele comandante que afundasse junto com o navio. A lembrança do búfalo lhe chegava agora, como se tudo pesasse e a ave que pousa na curva do horizonte fosse a pique com o mundo. Lhe doía esse simples ensinamento: tudo é terminável, até o futuro. (Couto 2004, p. 63)

As narrativas pós-coloniais do fim do século XX evocam esses mesmos fantasmas que assombraram a própria dinâmica história europeia, dissolvendo a temporalidade ‘trágica’ numa outra tipologia de temporalidade anacrônica correspondente a outras culturas que não tiveram as mesmas necessidades de dramatizar a sua relação com o tempo. Enquanto mediadora entre povos e continentes, e consciente do fim de seus limites espaciais, a Europa reconheceu que o seu tempo abstrato e universal foi transformado em uma ‘temporalidade restrita’, parcial e fragmentada.

Nota biográfica: Maria Aparecida Fontes é pesquisadora de Literatura Portuguesa e Brasileira do Dipartimento di Studi Linguistici e Letterari (DiSLL), da Università degli Studi di Padova. Ph.D em Ciências da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em cotutela com a Università Degli Studi di Roma “La Sapienza”, completando, em 2014, o Pós-Doutorado na Università Ca’Foscari. Foi professora na Università degli Studi di Verona, Università di Bologna e na Universidad Católica de Chile, Faculdade de Letras, onde ministrou aulas nos Cursos de Doutorado. Membro da Associazione Italiana di Studi Portoghesi e Brasiliani, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil), do Grupo de Pesquisa “Textualidades Contemporâneas”, da Universidade de Brasília, e do Centro Internacional e Interdisciplinar de Estudos Épicos (CIMEEP). Publicou vários artigos, ensaios e livros, entre eles: *A beleza é voz de Estado* (2015) e *Lei. Studio sulle scrittrici brasiliane contemporanee* (2018), pela Editora Aracne de Roma.

E-mail: maria.fontes@unipd.it e marfonte3@gmail.com

Referências bibliográficas

- Abdala Jr. B. 2012, *Literatura comparada e relações comunitárias, hoje*, Ateliê Editorial, São Paulo.
- Almeida G. 1999, *Dona Pura e os camaradas de Abril*, Editorial Caminhos, Lisboa.
- Bailyn, B. 2005, *Atlantic History: Concepts and Contours*, Harvard Press University, Cambridge.
- Couto M. 2004, *Vinte e Zinco*, 2 ed., Editorial Caminho, Lisboa.
- Couto M. 2005, *Pensatempos: textos de opinião*, Editorial Caminho, Lisboa.
- Cunha M.M.B.S. 2015, *Mia Couto: uma perspectiva africana da literatura em língua portuguesa. Um narrador poeta*, Chiado, Portugal/Brasil/Angola/Cabo Verde.
- Didi-Huberman G. 2007 *Storia dell'arte e anacronismo delle immagini*, trad. it. Stefano Chiodi, Bollati Boringhieri, Torino.
- Finazzi-Agrò E. 2016, *Entrevista concedida a Antonio Dimas*, in “Teresa Revista de Literatura Brasileira” 17, São Paulo, pp. 343-354. <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/download/127375/124558/> (20.03.2019).
- Genette G. 1972, *Figuras III*, Seuil, Paris.
- Genette G. 2004, *Métalepse. De la figure à la fiction*, Seuil, Paris.
- Lourenço E. 1983, *Crise de identidade ou ressaca imperial?* Prelo, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- Lourenço E. 2002, *Il tempo dell'Europa*, trad. it. Daniela Stegagno, Marsilio, Venezia [1ª ed. 1994].
- Macagno L. 2009, *Fragmentos de uma imaginação nacional*, in “Revista Brasileira de Ciências Sociais” 70 [24], São Paulo, pp. 17-35. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200002 (25.03.2019).
- Perrone-Moysés L. 2016, *Mutações da literatura no século XXI*, Companhia das Letras, São Paulo.
- Pier J., Schaeffer J.-M. 2005, *Métalepses. Entorses au pacte de la représentation*, École des hautes études en sciences sociales, Paris.
- Ramos R. (org.) et al. 2015, *História de Portugal*, 8 ed., A Esfera dos Livros, Lisboa.
- Reis C. 2005, *História crítica da Literatura Portuguesa [Do Neo-Realismo ao pós-Modernismo]*, Editorial Verbo, Lisboa/São Paulo, vol. IX.
- Ribeiro, J. 1999, *Marcas da Guerra Colonial*, Campo das Letras, Porto.
- Ribeiro M.C., 2004, *Uma história de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Edições Afrontamento, Porto.
- Salgado S. 1999, *Um fotógrafo em Abril*, Editorial Caminho, Lisboa.
- Valensi L. 1994, *Fábulas da memória: a batalha di Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*, trad. port. Maria Helena Franco Martins, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- Zenkine S. 2018, *L'anachronisme et le discours historique*, in Montandon A., Neiva S. (eds.), *Anachronismes créateurs*, Universitaires Blaise Pascal, Clermont-Ferrand, pp.43-51.